STJ00110895

ICMS

ROQUE ANTONIO CARRAZZA

18ª edição
revista e ampliada

EDITORA JusPODIVM | MALHEIROS EDITORES
www.editorajuspodivm.com.br

STJ00110895

ICMS

© ROQUE ANTONIO CARRAZZA

1ª ed.: 10.1994; 2ª ed., 1ª tir.: 07.1995, 2ª tir.: 06.1996; 3ª ed.: 08.1997; 4ª ed.: 02.1998; 5ª ed.: 05.1999; 6ª ed.: 03.2000; 7ª ed.: 02.2001; 8ª ed.: 01.2002; 9ª ed., 1ª tir.: 09.2002, 2ª tir.: 09.2003; 10ª ed.: 07.2005; 11ª ed.: 06.2006; 12ª ed.: 08.2007; 13ª ed.: 01.2009; 14ª ed.: 10.2009; 15ª ed.: 06.2011; 16ª ed.: 10.2012; 17ª ed.: 07.2015.

Direitos reservados desta edição por
MALHEIROS EDITORES LTDA.
Rua Paes de Araújo, 29, conjunto 171
CEP 04531-940 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3078-7205 – Fax: (11) 3168-5495
URL: www.malheiroseditores.com.br
e-mail: malheiroseditores@terra.com.br

Composição: PC Editorial Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil
08.2020

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C313i Carrazza, Roque Antonio.
ICMS / Roque Antonio Carrazza. – 18. ed., rev. e ampl. / até a EC n. 104/2019 e de acordo com a Lei Complementar 87/1996, com suas ulteriores modificações. – São Paulo : Malheiros, 2020.
712 p. ; 23 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-65-5860-000-8

1. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – Legislação – Brasil. 2. Tributos – Brasil. 3. Direito constitucional – Brasil. I. Título.

CDU 336:22(81)

Índice para catálogo sistemático:
1. Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços : Legislação : Brasil
336.22(81)

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 8/10213)

SUMÁRIO

Nota à 18ª Edição 17

Notas às Edições Anteriores 19

INTRODUÇÃO 25

*Capítulo I – **A SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL***

1. Introdução 27
2. A tributação na Constituição 28
3. Noção de competência tributária 29
4. Os titulares das competências tributárias 30
5. A competência tributária e a norma-padrão de incidência dos tributos 35
6. A competência para criar impostos 38

*Capítulo II – **O ICMS NA CONSTITUIÇÃO***

1. Considerações gerais 42
2. Imposto sobre operações mercantis (o ICMS sobre as operações mercantis)
2.1 Preliminares 44
2.2 Sujeitos passivos 46
2.3 Âmbito de incidência 48
2.3.1 Noção de "mercadoria" para fins de tributação por via de ICMS 49
2.4 Momento do nascimento da obrigação tributária 53
2.5 Primeiras conclusões 59
2.6 Exceção à regra geral 65
2.7 Tributação das importações de mercadorias e bens 68
2.7.1 Momento em que nasce a obrigação de pagar ICMS nas importações 76
2.7.2 ICMS e importação por *conta e ordem* e *por conta própria, com pedido prévio de encomendantes*. Local da incidência e sujeito passivo 81
2.7.3 ICMS e importação, por particular, de bem destinado a seu uso próprio 87
2.7.4 O regime aduaneiro de admissão temporária para utilização econômica de bens e a não incidência do ICMS 93
2.8 Casos de não incidência 98
2.9 Base de cálculo 98
2.10 Alíquota. A Resolução do Senado Federal 13, de 25.4.2012 100
2.10.1 Percentuais 108
2.11 Questões conexas 112
2.11.1 Cooperativas de consumo. Sua intributabilidade por via de ICMS enquanto praticam atos típicos 112

STJ00110895

2.11.2 Sujeição passiva indireta (responsabilidade tributária) 115
2.11.2.1 *Responsabilidade por substituição no ICMS* 116
2.11.2.2 *Responsabilidade por transferência no ICMS* 120
2.11.2.3 *Outras considerações* 122
2.11.3 O ICMS e as vendas financiadas de mercadorias 122
2.11.3.1 *Aprofundamento da questão* 125
2.11.3.1.a Diferenças entre *venda a prazo* e *venda financiada* 126
2.11.3.1.b Inexigibilidade de outro tipo de venda, por parte da empresa comercial. Seu direito de se valer da *elisão fiscal* 137
2.11.3.2 *A tributabilidade da empresa por meio de IOF* 138
2.11.3.2.a O perfil constitucional do IOF 138
2.11.3.2.b O imposto sobre operações de crédito (IO--Crédito) 139
2.11.3.2.c Os novos sujeitos passivos do IOF sobre operações de crédito (IO-Crédito) 140
2.11.3.2.d A lei complementar e a definição dos contribuintes do IOF sobre operações de crédito (IO-Crédito) 141
2.11.3.2.e Caminho alternativo 141
2.11.3.3 *Síntese final* 142
2.11.4 O ICMS e as vendas com bonificação em mercadorias 143
2.11.4.1 *Generalidades* 143
2.11.4.2 *A "base de cálculo possível" do ICMS sobre operações mercantis* 144
2.11.4.3 *O art. 146 da CF e a "base de cálculo possível" do ICMS incidente sobre operações mercantis. O alcance do art. 13, § 1º, II, da Lei Complementar 87/1996* 144
2.11.4.4 *A legislação ordinária e o modo de se apurar a base de cálculo do ICMS quando ocorrem vendas com bonificação em mercadorias* 145
2.11.4.5 *Aprofundamento do assunto* 147
2.11.4.6 *Efeitos da "resposta dada à consulta" mencionada no subitem anterior* 148
2.11.4.7 *A "recuperação" das quantias de ICMS indevidamente recolhidas* 149
2.11.4.7.a Os mecanismos passíveis de serem adotados: repetição do indébito e compensação 149
2.11.4.7.b A desnecessidade de prova da *repercussão econômica* 150
2.11.4.8 *O falso problema do preenchimento eventualmente incorreto ou lacunoso das notas fiscais* 150
2.11.4.9 *"Vendas bonificadas" e "substituição tributária"* 151
2.11.4.10 *Síntese final* 152

STJ00110895

2.11.5 O ICMS e a empreitada de construção civil, com fornecimento de material produzido pelo empreiteiro fora do local da obra. Sua não incidência 153
2.11.6 O ICMS e a mercadoria que não transita pelo estabelecimento do transmitente 157
2.11.7 O ICMS e o arrendamento mercantil (*leasing*). Sua inexigibilidade 158
2.11.8 A não incidência de ICMS sobre seguros e juros 162
2.11.9 A não incidência de ICMS sobre a venda de *salvados de sinistros* .. 163
2.11.10 A não incidência de ICMS sobre a mudança de endereço 163
2.11.11 A não incidência de ICMS sobre a venda de bens do ativo fixo 164
2.11.12 A não incidência de ICMS sobre o *autoconsumo* 164
2.11.13 A não incidência de ICMS sobre as operações praticadas com *amostras grátis* e a saída (com posterior retorno) de bens para fins de *demonstração* 164
2.11.14 Da não incidência de ICMS sobre o valor do licenciamento do uso de *softwares*
2.11.14.1 *Generalidades* 164
2.11.14.2 *Da cessão de direitos e de sua intributabilidade, quer por meio de ICMS, quer de ISS* 168
2.11.14.3 *Posição da jurisprudência* 172
2.11.15 A *cessão de direitos* e a impossibilidade jurídica de ela ser alcançada pelo ICMS 175
2.11.15.1 *A situação tributária das empresas que locavam filmes em suporte de DVD/videocassete* 176
2.11.16 A intributabilidade por meio de ICMS do fornecimento domiciliar de água potável. Questões conexas 179
2.11.17 O ICMS e a imputação de pagamento. O inadequado tratamento dispensado ao assunto pela legislação paulista 180
2.11.18 Avarias, extravios e outros eventos. Sua inidoneidade para, de per si, fazer presumir a ocorrência *do fato imponível* do ICMS 185
3. O ICMS sobre produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos e de energia elétrica 187
3.1 O ICMS sobre operações relativas à energia elétrica 188
3.1.1 Base de cálculo 199
3.1.2 Alíquota 206
3.1.3 A base de cálculo do ICMS sobre a energia elétrica no Estado de São Paulo. Sua inconstitucionalidade 206
3.1.4 O furto de energia elétrica. Sua intributabilidade por meio de ICMS 207
3.1.5 O art. 33, II, "b", da Lei Complementar 87/1996 e sua interpretação *conforme a Constituição* 213
3.2 ICMS sobre a produção, importação, circulação, distribuição ou consumo de lubrificantes e combustíveis líquidos e gasosos 218
3.2.1 Hipótese de incidência 218
3.2.2 Base de cálculo 220
3.2.3 Alíquota 220

STJ00110895

4. ***O ICMS sobre a extração, circulação, distribuição ou consumo de minerais*** 220
5. ***O ICMS sobre serviços de transporte interestadual e intermunicipal***
   5.1 *Considerações gerais* 221
   5.2 *Âmbito de abrangência* 224
   5.3 *Casos de não incidência* 226
   5.4 *Hipótese de incidência* 226
   5.5 *Sujeito passivo possível* 228
   5.6 *A intributabilidade por meio de ICMS do autotransporte interestadual. Irrelevância da existência de várias inscrições estaduais* 228
   5.7 *Tributação de serviço de transporte internacional* 232
   5.8 *Tributação de serviços de transporte sucessivos* 234
   5.9 *"Courrier". Sua tributabilidade por meio de ICMS* 236
   5.10 *Base de cálculo* 236
   5.11 *Alíquota* 238
6. ***O ICMS sobre serviços de comunicação***
   6.1 *Considerações gerais e hipótese de incidência* 238
   6.2 *Casos de não incidência e questões conexas* 265
   6.3 *Sujeito ativo e sujeito passivo* 268
   6.4 *A intributabilidade por meio de ICMS da disponibilização dos meios materiais necessários à prestação dos serviços de telecomunicação internacional* 268
   6.5 *A intributabilidade (em tese) por meio de ICMS da prestação dos serviços de comunicação estritamente locais* 275
   6.6 *Base de cálculo* 276
   6.7 *Alíquota* 277
   6.8 *Ato de habilitação do aparelho celular e transferências de titularidade de assinaturas relativamente ao sistema móvel celular e questões conexas. Inexigibilidade do ICMS* 277
   6.9 *O ICMS-Comunicação e as vendas de cartões indutivos e para celulares* ... 284
   6.10 *Locação de espaços em satélites. Não incidência do ICMS* 287
   6.11 *Serviços de provedor de acesso à Internet e à Intranet. Inexigibilidade do ICMS* 292
   6.12 *TVs por assinatura. Inexigibilidade do ICMS* 300
      6.12.1 Taxa de adesão. Inexigibilidade do ICMS 302
   6.13 *Empresas de radiodifusão sonora e de sons e imagens (televisão aberta). Inexigibilidade do ICMS* 302
   6.14 *Serviço de "paging". Sua tributabilidade por meio de ICMS* 304
   6.15 *A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e o serviço postal. Intributabilidade por meio de ICMS* 305
7. ***O ICMS e o "Super Simples"*** 308
8. ***Conclusão do capítulo*** 310

Capítulo III – A ***BASE DE CÁLCULO "POR DENTRO" DO ICMS. SUA INCONSTITUCIONALIDADE***

1. ***Generalidades e definição*** 313
2. ***Funções da base de cálculo*** 314

STJ00110895

3. ***Consequência importante*** 315
4. ***A Lei Complementar e a base de cálculo dos tributos*** 317
5. ***A base de cálculo do ICMS na Lei Complementar 87/1996. A inconstitucionalidade de seu art. 13, § 1º, I***
   5.1 *Colocações preliminares* 319
   5.2 *Desenvolvimento da ideia* 320
   5.3 *Majoração indevida das alíquotas do ICMS* 321
   5.4 *Esclarecimentos* 322
6. ***O modo de apurar a base de cálculo do ICMS, tal como preconizado na legislação ordinária. Sua insubsistência***
   6.1 *Considerações gerais* 323
   6.2 *Das inconstitucionalidades da legislação estadual no que respeita à base de cálculo do ICMS* 324
7. ***Outros desdobramentos*** 326
8. ***Síntese conclusiva*** 327

Capítulo IV – A MANIFESTA INCONSTITUCIONALIDADE DA SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA "PARA FRENTE" NO ICMS

1. ***Introdução*** 329
2. ***A substituição tributária "para frente": noções gerais e questões conexas*** 334
   2.1 *A inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 3/1993* 336
   2.2 *Ainda a tributação por "fato futuro"* 337
3. ***A substituição "para frente" e o art. 1º da Lei Complementar 87/1996*** 344
   3.1 *A restituição do ICMS e o inusitado Decreto paulista 41.835/1997* 348
4. ***Substituição tributária "para frente" e tipicidade da tributação*** 348
5. ***Outras inconstitucionalidades*** 352
6. ***A inconstitucionalidade do "Convênio 66/1988" enquanto "cuidava" da substituição tributária "para frente"*** 353
7. ***A uniformização de jurisprudência do STJ*** 355
8. ***Novas considerações*** 356

Capítulo V – O PRINCÍPIO DA NÃO CUMULATIVIDADE NO ICMS

1. ***Introdução*** 365
2. ***O "mecanismo" das deduções*** 370
3. ***O direito de crédito e a efetiva cobrança nas operações anteriores*** 370
   3.1 *A desnecessidade da "efetiva cobrança" nas anteriores operações ou prestações*
      3.1.1 Aspectos gerais 371
      3.1.2 Da impossibilidade de perda dos créditos de ICMS quando empresas adquirem mercadorias, em outras Unidades Federadas, de beneficiários de incentivos fiscais concedidos sem apoio em convênios 374
      3.1.3 Considerações adicionais. A preservação da boa-fé do contribuinte 379
   3.2 *Irrelevância da "origem" dos créditos de ICMS* 389
4. ***Modo de se implementar a "compensação", já que o ICMS "não é" um imposto sobre valor agregado*** 391

STJ00110895

4.1 A chamada "venda com prejuízo" e o direito aos créditos de ICMS 395
4.2 O método de apuração do "quantum" de ICMS a pagar 397
4.3 Irrelevância da destinação 400
4.4 O sistema de créditos presumidos e o princípio da não cumulatividade 400
4.5 A inconstitucionalidade do Convênio ICM-9/1976 401
5. Origem exclusivamente constitucional do "princípio da não cumulatividade" .. 408
6. Restrições constitucionais ao "princípio da não cumulatividade" 411
6.1 Diferimento 417
7. Alcance da lei complementar no que concerne ao "princípio da não cumulatividade" 419
8. Síntese necessária 423
9. O art. 23 da Lei Complementar 87/1996 424
10. Créditos de ICMS relativos a bens que se destinam a uso, consumo ou ativo permanente
10.1 Considerações gerais 426
10.2 A inconstitucionalidade do art. 31, II, do Convênio ICM-66/1988 e sua superação pelo art. 20 da Lei Complementar 87/1996 428
10.2.1 Análise jurídica do art. 155, § 2º, XII, "c", da CF 440
10.3 Novas observações 441
10.4 Aplicações práticas 442
10.5 Da forma de apuração dos créditos de ICMS oriundos de operações de exportação e da possibilidade de transferência, para outros contribuintes da mesma Unidade Federada, dos eventuais saldos remanescentes 443
10.6 Inconstitucionalidades da legislação 448
10.7 Considerações finais 450
11. A correção monetária dos créditos de ICMS 451
11.1 Critério de contagem da correção monetária 458
11.2 Prazo decadencial para aproveitamento de créditos pretéritos 460

*Capítulo VI – **SELETIVIDADE EM FUNÇÃO DA ESSENCIALIDADE DAS MERCADORIAS E DOS SERVIÇOS***

1. Considerações gerais 464
2. O direito fundamental à vida e à saúde, o ICMS-Operações Mercantis e o princípio da seletividade 471

*Capítulo VII – **O "DIFERENCIAL DE ALÍQUOTAS" NO ICMS DO ESTADO DE SÃO PAULO. SUA INCONSTITUCIONALIDADE. REPETIÇÃO DO INDÉBITO: POSSIBILIDADE JURÍDICA. QUESTÕES CONEXAS***

1. Circunscrição do problema 479
2. A vedação ao "enriquecimento sem causa" por parte do Estado 479
3. Fundamento do direito ao ressarcimento. Questão incontroversa 480
4. A "repetição do indébito" e a "compensação" 480
5. "Repercussão financeira" e "repercussão jurídica" 483
6. O ICMS e o art. 166 do CTN 486
7. O princípio da não cumulatividade e a repetição do indébito 488
8. Considerações finais 490

STJ00110895

Capítulo VIII – AS ALÍQUOTAS PARA AS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES QUE DESTINEM BENS E SERVIÇOS A CONSUMIDOR FINAL LOCALIZADO EM OUTRO ESTADO

1. ***Considerações iniciais*** 491
2. ***Desenvolvimento da ideia*** 493
3. ***A inconstitucionalidade do Protocolo ICMS-21/2011*** 494
4. ***O novo tratamento jurídico dado pela Emenda Constitucional 87, de 16.4.2015*** 496
5. ***Explicação necessária*** 496
6. ***Da não autoaplicabilidade dos incisos VII e VIII do § 2º do art. 155 da CF*** 497
7. ***Da impossibilidade jurídica de ser editada, no caso em estudo, a lei complementar estadual veiculadora de "normas gerais em matéria de legislação tributária"*** .. 500
8. ***Da não autoaplicabilidade da lei complementar nacional que vier a ser editada*** 503
9. ***Da impossibilidade jurídica de convalidação das leis ordinárias anteriores à edição da lei complementar nacional cuidando do DIFAL*** 505
10. ***Da inconstitucionalidade do Convênio ICMS-93/2015*** 507

Capítulo IX – O ART. 155, § 2º, IX, "B", DA CF 510

Capítulo X – IMUNIDADES

1. ***Considerações gerais*** 514
2. ***Imunidades de ICMS sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior*** 521
3. ***Imunidade de ICMS sobre operações que destinem a outros Estados petróleo, inclusive lubrificantes, combustíveis líquidos e gasosos dele derivados, e energia elétrica*** 525
4. ***Imunidade de ICMS sobre o ouro nas hipóteses definidas no art. 153, § 5º, da CF*** 532
5. ***Imunidade de ICMS nas prestações de serviço de comunicação nas modalidades de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita*** 533

Capítulo XI – BASE DE CÁLCULO DO ICMS NA HIPÓTESE DEFINIDA NO ART. 155, § 2º, XI, DA CF 535

Capítulo XII – ISENÇÃO 537

1. ***Isenção concedida por meio de decreto legislativo estadual ou distrital*** 540
   - *1.1 Isenções de ICMS condicionais e incondicionais* 551
2. ***Cessão onerosa de créditos tributários parcelados concernentes ao ICMS. Sua possibilidade, com base no Convênio ICMS-104/2002***
   - *2.1 Generalidades* 552
   - *2.2 Da juridicidade do Convênio ICMS-104/2002* 553
   - *2.3 Da possibilidade jurídica da cessão de créditos tributários decorrentes de parcelamento* 555
   - *2.4 Da juridicidade material e formal da cessão de créditos autorizada pelo Convênio ICMS-104/2002* 559
3. ***A revogação das isenções de ICMS e o princípio da anterioridade*** 559

STJ00110895

Capítulo XIII – "CONVÊNIOS ICMS" E O ART. 14 DA "LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL". SUA INAPLICABILIDADE

1. ***Introdução*** 561
2. ***O princípio federativo*** 561
3. ***O art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Sua inaplicabilidade aos Estados*** 563
4. ***As isenções tributárias e o ICMS*** 565
5. ***A inaplicabilidade do art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal às isenções de ICMS*** 566
6. ***Conclusão*** 567

Capítulo XIV – A LEI COMPLEMENTAR PREVISTA NO ART. 155, § 2º, XII, DA CF 568

Capítulo XV – O § 3º DO ART. 155 DA CF. A NÃO INCIDÊNCIA DA "COFINS" E DO "PIS" NAS OPERAÇÕES E PRESTAÇÕES ALI REFERIDAS

1. ***Introdução*** 583
2. ***As "contribuições" do art. 149 da CF*** 584
   - *2.1 Generalidades* 584
   - *2.2 As "contribuições" e o campo tributário da União* 586
3. ***As "contribuições sociais para a seguridade social". Principais traços característicos*** 588
4. ***A "contribuição" para o PIS***
   - *4.1 Evolução legislativa* 590
   - *4.2 Breve constatação* 592
   - *4.3 A base de cálculo do PIS* 593
5. ***A COFINS. Sua natureza jurídica*** 593
6. ***PIS e COFINS: irrelevância jurídica do "nomen iuris" e relevância da destinação do produto de sua arrecadação*** 594
   - *6.1 Irrelevância jurídica do "nomen iuris". Natureza tributária* 594
   - *6.2 Relevância da destinação do produto de sua arrecadação* 596
   - *6.3 PIS e COFINS: impostos* 597
7. ***Considerações básicas*** 598
8. ***A posição do Judiciário sobre a matéria*** 601

Capítulo XVI – A INCONSTITUCIONALIDADE DA INCLUSÃO DO ICMS NA BASE DE CÁLCULO DO PIS E DA COFINS

1. ***Introdução*** 605
2. ***Noção de "faturamento" ("base de cálculo possível" do PIS e da COFINS) no contexto do art. 195, I, da CF*** 606
3. ***Ainda sobre a impossibilidade jurídica de o valor do ICMS figurar na base de cálculo do PIS e da COFINS*** 610
4. ***A Lei 9.718/1998 e a questão objeto deste capítulo*** 611
5. ***Considerações adicionais*** 612
6. ***O julgamento do RE 574.706-PR*** 617
7. ***Da inaplicabilidade da Solução de Consulta Interna COSIT-13/2018*** 632

STJ00110895

8. *Do regime monofásico e do direito ao ressarcimento do ICMS indevidamente incluído na base de cálculo do PIS e da COFINS*
8.1 Introito ... 635
8.2 Das contribuições para o custeio da seguridade social ("contribuições sociais para a seguridade social") ... 636
8.3 O PIS e a COFINS monofásicos. O caso das distribuidoras de veículos automotores ... 639
9. *Da inconstitucionalidade da inserção do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS sobre importações de bens ou serviços* ... 643

Capítulo XVII – O LANÇAMENTO DO ICMS

1. *Introdução* ... 645
2. *Das modalidades de lançamento. Do lançamento por homologação* ... 649
3. *Nossa posição* ... 650
4. *A função do auto de infração* ... 653

Capítulo XVIII – DEVERES INSTRUMENTAIS TRIBUTÁRIOS (OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS) RELATIVOS AO ICMS

1. *Generalidades* ... 657
2. *Eventuais irregularidades contidas na "nota fiscal". Sua irrelevância para fins de pleno desfrute, pelo adquirente, do "princípio da não cumulatividade"* ... 659
3. *Necessária correlação entre os deveres instrumentais tributários e o ICMS* ... 661

Capítulo XIX – A APREENSÃO DE MERCADORIAS E O ICMS ... 662

Capítulo XX – A INCONSTITUCIONALIDADE DA FIXAÇÃO POR MEIO DE DECRETO DE PRAZO E CONDIÇÕES PARA RECOLHIMENTO DO ICMS ... 663

Capítulo XXI – COMPETÊNCIA PARA CRIAR O ICMS. OBRIGATORIEDADE DE SEU EXERCÍCIO ... 665

Capítulo XXII – A PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS NO PRODUTO DA ARRECADAÇÃO DO ICMS ... 667

Capítulo XXIII – INFRAÇÕES E SANÇÕES TRIBUTÁRIAS EM MATÉRIA DE ICMS ... 675

Capítulo XXIV – O ICMS E OS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

1. *Introdução* ... 680
2. *Peculiaridades dos chamados "crimes contra a ordem tributária"* ... 681
3. *O ICMS e o delito capitulado no art. 2º, II, da Lei 8.137/1990. Problemas conexos*
3.1 Generalidades ... 683
3.2 Desenvolvimento da ideia ... 684
3.2.1 O art. 2º, II, da Lei 8.137/1990 e o crime de apropriação indébita ... 685
3.3 Síntese necessária ... 687

STJ00110895

3.4 Atipicidade da conduta do contribuinte 688
3.5 Novas considerações 689
3.6 A recente decisão do STF 691
3.7 Situação das pessoas jurídicas e de seus diretores 693
3.8 Inconstitucionalidades da Lei 8.866/1994 693
4. A lícita exclusão do valor do ICMS de sua própria base de cálculo
4.1 Colocação do problema 695
4.2 O crime de sonegação fiscal e a conduta ora em exame 695
4.3 Síntese conclusiva 696
5. Correção dos créditos de ICMS pelo próprio contribuinte. Licitude da conduta 697

Bibliografia 699